



**Movimento de Educação
Para Todos**

POLICY BRIEF

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS NO SECTOR DA EDUCAÇÃO ENTRE 2021 E 2022



**Financiado pela
União Europeia**

Índice

Introdução	3
Objectivos	4
Metodologia	4
Principais resultados do estudo	4
Distribuição da despesa do sector da educação	6
Execução do orçamento do sector da educação	7
Contratação de professores na educação	8
Financiamento a sector da educação no âmbito da COVID-19	9
Conclusões	11
Recomendações	12
Referências Bibliográficas	13

Lista de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1: Evolução da Des. Total e Des. do sector da educação	5
Gráfico 2: Rácio entre D. P. Educação VS Des. Total & D. P. Educação VS Des. Total (Ex. Enc.)	5
Gráfico 5: D. P. Funcionamento & Investimento em % da Despesa do sector	6
Gráfico 6: Fundo FASE 2021	7
Gráfico 8: Construção e reabilitação de salas de aula no ensino primário – 2021	8
Gráfico 9: Rácio professor-aluno por província	9
Gráfico 13: Fundos alocados a educação em 2020 no âmbito da COVID-19 (USD)	10

Introdução

A Constituição da República de Moçambique no seu artigo 88 reconhece a igualdade de direitos e deveres a todos os cidadãos em relação a educação, sendo responsabilidade do Estado assegurar esse direito à educação para todos os cidadãos e cidadãs.

Ao longo dos últimos anos o país tem assumido compromissos internacionais sobre direito e sobre financiamento a educação, sendo de destacar o Objetivo Sustentável 4 que preconiza, **“Assegurar uma educação inclusiva, equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”** como um propósito que se pretende das metas a atingir até 2030. Por outro lado, há o compromisso de Dakar sobre reaprovisionamento ou financiamento a educação, assumido em 2018 no Senegal, no qual o orçamento do sector da Educação passaria de 43,6 mil milhões em 2018 para 51,5 mil milhões de meticais em 2020, de modo a melhorar as condições de aprendizagem no Sistema Nacional de Ensino, o que passava por assegurar maior investimento para a criação das condições nas escolas.

É neste contexto que este estudo procura perceber a tendência da alocação e execução orçamental no sector da educação comparativamente ao orçamento total do Estado, por forma a compreender a tendência histórica da aplicação dos recursos neste sector.

Objectivos

Este resumo apresenta os resultados do estudo sobre o Acompanhamento dos Gastos Públicos no sector da educação entre 2021 e 2022. O estudo é de abrangência nacional, tendo como objectivos os seguintes:

- Analisar as tendências orçamentárias da educação para os anos 2021 e 2022, demonstrando as formas pelas quais a sociedade civil e os cidadãos podem se envolver no ciclo orçamental, com vista a monitorar e advogar pelo aumento da alocação e boa gestão de orçamento na educação sector;
- Realizar uma análise de tendências do orçamento de Moçambique e do orçamento da educação para o últimos dois anos de 2021 e 2022;
- Verificar se o governo de Moçambique tem conseguido alcançar compromissos orçamentários locais e internacionais no sector de educação;
- Desenvolver estratégias eficazes para OSC's e cidadãos defenderem o aumento do orçamento da educação do valor actual para 20 por cento do orçamento nacional e 6 por cento do PIB.

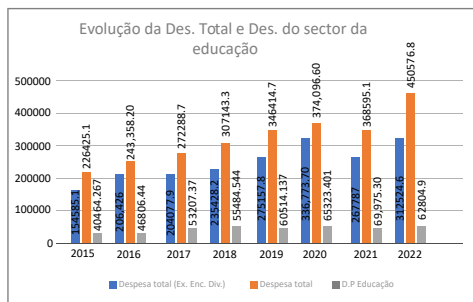
Metodologia

Para a prossecução do estudo recorreu-se a abordagem quanti-qualitativa através da análise de instrumentos de planificação e de acompanhamento da execução dos respectivos instrumentos, nomeadamente, os Relatórios de Execução Orçamental, Plano Económico e Social e Relatório de Desempenho do sector de educação. No que respeita ao processamento de dados, recorreu-se a plataforma **Microsoft excel** onde através de gráficos estimação de índices faz-se a discriminação dos dados.

Principais resultados do estudo

A média da despesa pública de Moçambique desde 2015 a 2021 é de 323.612,3 milhões de meticais, sendo que desde 2018 até ao momento tem crescido a um ritmo acima desta média. Por exemplo, em 2021 a despesa total foi de 368595,1 milhões de meticais e em 2022 prevê-se que atinja os 450576,8 milhões de meticais, representando 35,7% e 36,4% do PIB, respectivamente.

Gráfico 1: Evolução da Des. Total e Des. do sector da educação



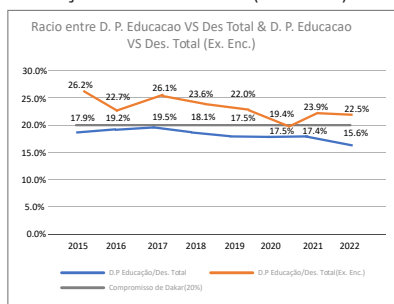
Fonte: REO & Relatório de Desempenho do Sector da Educação

O peso dos recursos alocados ao sector da educação nos três primeiros anos, excluindo os encargos da dívida foi de 26.2%, 22.7%, 26.1%, respectivamente, tendo decrescido em 2020 para 19,4%.

No entanto, quando se analisa a evolução do peso da despesa do sector da educação sobre a despesa total incluindo os encargos da dívida verifica-se uma baixa dos índices deste indicador, sendo que o peso mais alto foi de 18.1% registado em 2018, e o mais baixo em foi de 15.6%, registado em 2022.

Nesta senda, verifica-se que quando se determina o peso da despesa do sector da educação excluindo os encargos da dívida pode-se concluir que o país está a financiar este sector com um peso acima dos 20% recomendados pelo compromisso de Dakar, ao passo que quando se adiciona a componente de encargos da dívida no cálculo deste índice, nota-se que desde 2015 até esta parte o país nunca se atingiu este limiar.

Gráfico 2: Rácio entre D. P. Educação VS Des. Total & D. P. Educação VS Des. Total (Ex. Enc.)

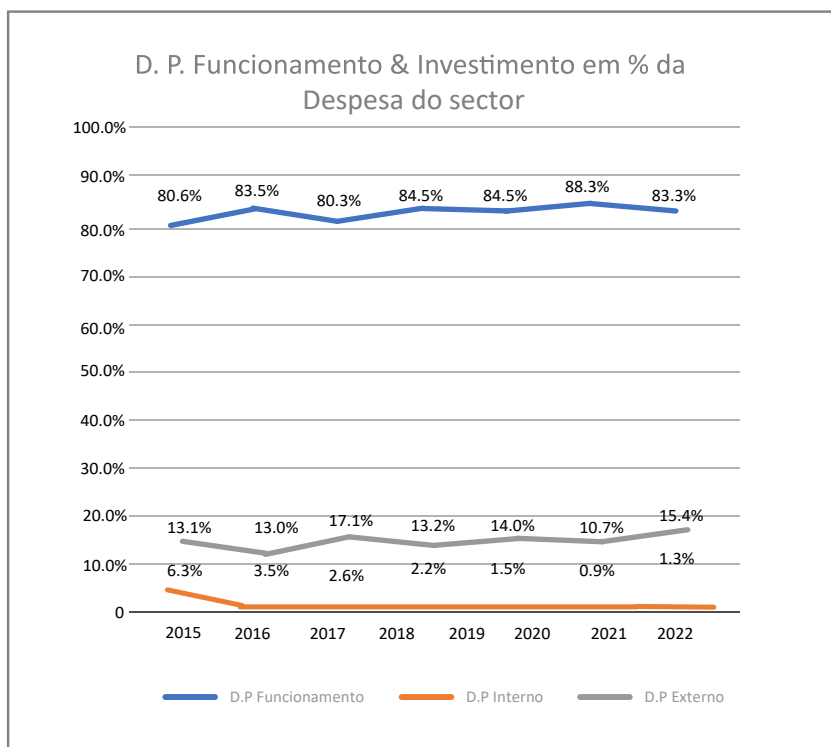


Fonte: REO & Relatório de Desempenho do Sector da Educação

Distribuição da despesa do sector da educação

Não obstante o facto do peso da despesa da educação sobre a despesa total estar a registar uma tendência decrescente, ao longo dos anos 2015 a 2022 tem se registado crescimento do orçamento alocado a educação, tal ilustram as linhas do gráfico a baixo. No tocante a significância da repartição da despesa dentro do sector, o gráfico abaixo mostra que cerca de 83,3% da despesa sectorial em 2022 é dedicada à suprir as necessidades de funcionamento, em particular o pagamento de salários aos professores e técnicos do sector.

Gráfico 5: D. P. Funcionamento & Investimento em % da Despesa do sector

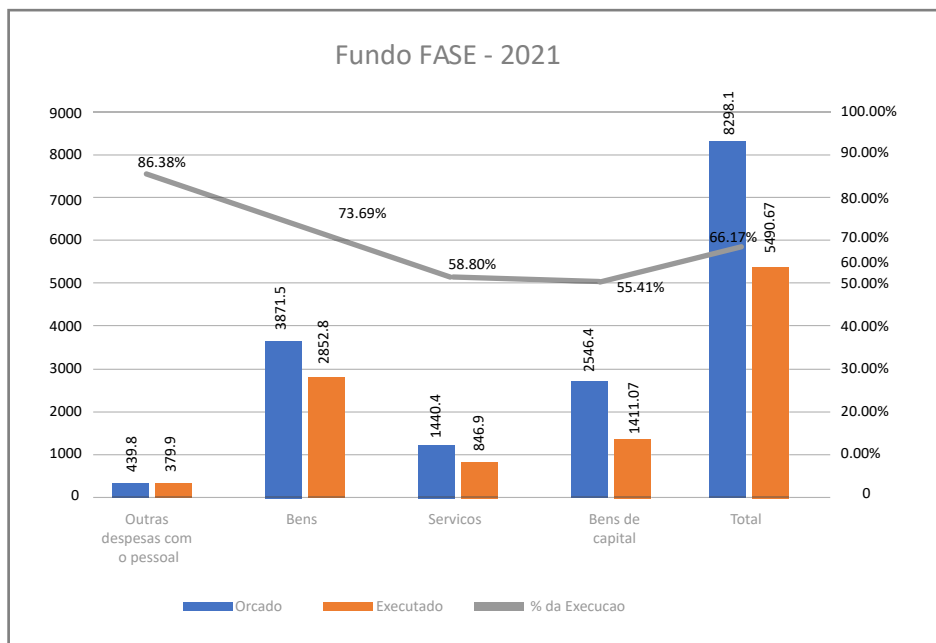


Fonte: REO & Relatório de Desempenho do Sector da Educação

Execução do orçamento do sector da educação

Em 2021, o FASE apoiou a Educação em 8298,1 milhões de meticais dos quais foram executados 5490,67 milhões de meticais equivalente a uma execução de 66,17%, evidenciando de forma clara uma dificuldade de execução do orçamento deste fundo, à semelhança da demais despesa de investimento.

Gráfico 6: Fundo FASE 2021

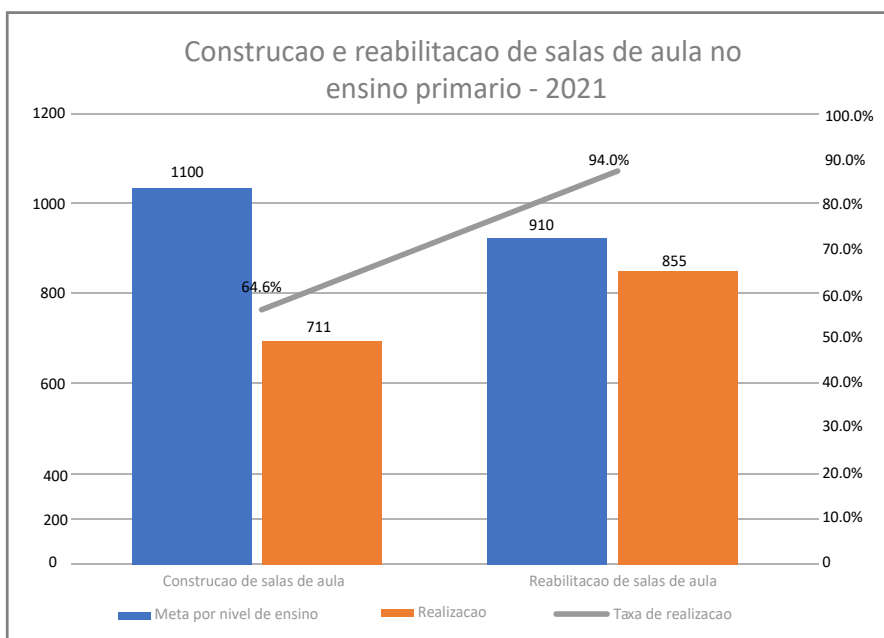


Fonte: REO & Relatório de Desempenho do Sector da Educação

Contratação de professores na educação

Em 2021, estava prevista a contratação de 9330 professores, sendo 8840 para o ensino primário e 490 para o ensino secundário, onde no primeiro tipo de ensino foram efectivamente contratados 8175 professores e no secundário 593 professores representando uma realização de 92,5% e 121%, respectivamente. O défice de contratação de professores no ensino primário foi motivado pela falta de candidatos para preencher as vagas na carreira de DN1, concretamente na província de Nampula.

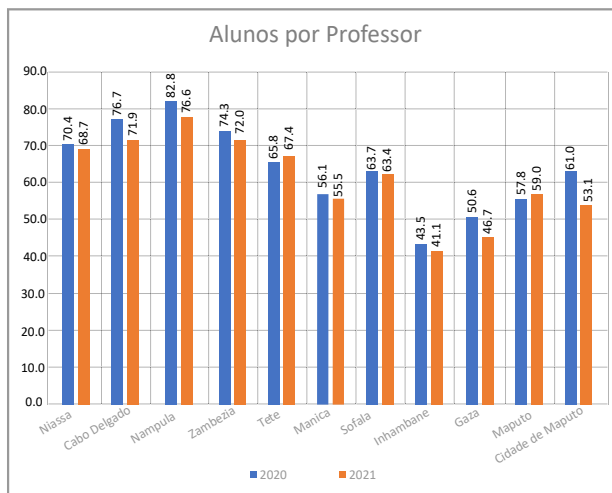
Gráfico 8: Construção e reabilitação de salas de aula no ensino primário – 2021



Fonte: REO & Relatório de Desempenho do Sector da Educação

Rácio Aluno Professor

Gráfico 9: Rácio professor-aluno por província



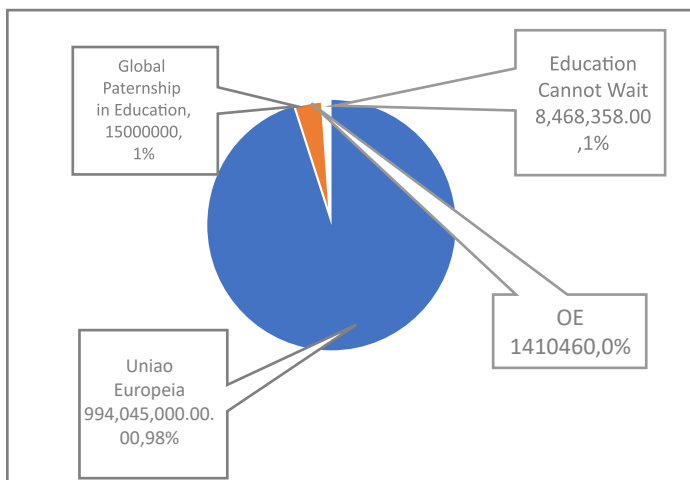
Fonte: Relatório de Desempenho do Sector da Educação

Financiamento a sector da educação no âmbito da COVID-19

Segundo um estudo desenvolvido pelo MEPT & UEM (2021), ao longo do ano 2020, o Orçamento do Estado beneficiou de algumas actualizações por forma a conformar o OE à emergência da COVID-19. Nesse âmbito foram disponibilizados fundos adicionais pelos parceiros de cooperação, sendo de destacar a União Europeia que disponibilizou um financiamento no valor de 932.500.000,00 Mt (994.045.000,00 USD) representando 98% no orçamento alocado ao Governo para combater a Covid-19.

No mesmo ano, o MINEDH desenhou um plano de acção e candidatou-se ao financiamento de resposta à COVID-19 na Educação da Global Partnership in Education (GPE), tendo conseguido um financiamento no valor de U\$D 15.000.000,00. A este valor, foram acrescidos cerca de U\$D 1,410.460.00 provenientes do orçamento de Estado e U\$D 8.468.358,00 provieram de outros parceiros de cooperação como a Education Cannot Wait. Com estas e outras actualizações, o orçamento, visto no final do ano 2020, foi de 58.748.461.000,00Mt.

Gráfico 13: Fundos alocados a educação em 2020 no âmbito da COVID-19 (USD)



Fonte: MEPT (2021) – Estudo de Avaliação qualitativa da implementação do plano de resposta à Covid-19 no sector da educação

MEPT (2021), voltam a acrescentar que para 2021, foi elaborado um novo plano de acção de resposta à COVID-19 na Educação estimado em U\$D 182.594.000.00, cuja cobertura orçamental disponível foi na ordem de 24% do total dos valores orçamentados – U\$D 43.700.000,00, provenientes do Fundo de Apoio ao Sector de Educação (FASE) e do Orçamento do Estado- apresentando um défice de 86% do valor: U\$D 138.800.000,00. Esses valores foram aplicados da seguinte forma:

- Sensibilização sobre medidas de prevenção e reabertura das escolas: U\$D 21,584,000.35;
- Assegurar as condições de saneamento e distanciamento físico nas escolas: U\$D152,899,000.27;
- Continuidade de aprendizagem: U\$D 4,962,000.35;
- Motivação e apoio para o retorno à escola e recuperação de conteúdo: U\$D2,900,000.80
- Gestão do Programa: U\$D247.000,87;

Conclusões

Para o sector da educação, o orçamento alocado em 2022 foi de 62.804,9 representando um decréscimo de 11% em relação a 2021, o que significa que a capacidade de investimento do sector para o presente ano terá decrescido. Face às descrições do estudo conclui-se o seguinte:

- Apesar do governo garantir o crescimento anual da dotação orçamental para Educação ao longo dos últimos 5 anos, observa-se uma ineficiência desses valores em termos de melhoria da qualidade das condições de prestadas no sector visto que o orçamento alocado não é suficiente para cobrir as necessidades básicas do sector;
- O peso da despesa de investimento no orçamento do sector da educação entre 2020 e 2021 foi de 11,7% e 16,7%, respectivamente. Não obstante ao facto do orçamento para investimento apresentar estes níveis baixos, nota-se ineficiência na gestão deste orçamento uma vez que os níveis de execução fixam-se em 52% em 2021 para o total do orçamento do sector, e por sua a execução do fundo FASE foi de 66%, o que denota dificuldade na aplicação dos fundos alocados ao sector para a componente de investimento;
- Os principais indicadores da educação permanecem críticos e uma tendência de distribuição assimétrica a nível nacional- a taxa de escolarização continua sendo frequentado por crianças acima da idade oficial, tanto em 2020 como em 2021, uma vez que a taxa de escolarização se situa acima dos 100%; o rácio professor aluno distribuído de forma assimétrica ao longo das províncias do país, com Nampula apresentando o rácio mais alto e Inhambane com o mais baixo, com 82,8 e 43,5 alunos por professor, respectivamente;
- Diversas metas do governo não são alcançadas, com particular foco sobre a distribuição de carteiras escolares, onde para 2021 foi planificado o fornecimento de 30.750 carteiras escolares das quais foram adquiridas 24.998 carteiras, o que corresponde a (81,2%).

Recomendações

Com base nas constatações da avaliação sobre a tendência dos gastos públicos no sector da educação extrai-se as seguintes recomendações:

Ao Governo

- Potenciar a melhoria do processo de gestão e alocação de recursos da componente da despesa de investimento do sector da educação através da capacitação dos gestores responsáveis pela execução dos fundos do sector da educação em matéria de gestão eficiente e eficaz das Finanças Públicas;
- Continuar a potenciar o financiamento do sector da educação com base nos recursos internos por forma a reduzir de forma progressiva a dependência de fundos externos;
- Assegurar maior controle na calendarização da alocação de recursos por forma a melhorar os níveis de execução do orçamento do sector, com destaque para a componente de investimento;
- Criar grupos de trabalho para que, junto aos gestores escolares, possa-se definir formas de melhorar os níveis de execução do orçamento de investimento;

Ao Governo e Parceiros

Alocar tempestivamente os fundos de investimento ao sector de educação;

Aos fiscalizadores das contas publicas (parlamentares)

Nos fóruns de fiscalização e de monitoria da acção governativa deve-se procurar:

- Esclarecimentos sobre a motivação da baixa execução orçamental (Transparência Fiscal);
- Pressionem a entidade responsável pela gestão dos fundos para boas práticas da gestão das finanças públicas.

À sociedade civil

- Intensificar as acções de advocacia, monitoria e fiscalização das acções orçamentarias.

Referências Bibliográficas

- Fórum de Monitoria do Orçamento, (2015 e 2018), Análise da Conta Geral do Estado 2015 e 2018 e o respectivo Parecer do Tribunal Administrativo.
- Fórum de Monitoria do Orçamento (2016), Uma análise da articulação entre os instrumentos de planificação e o grau de priorização das áreas sociais básicas.
- Fórum de Monitoria do Orçamento (2017), Preocupações e perguntas da Sociedade Civil em relação à proposta do OE 2018.
- Governo de Moçambique/ Ministério de Economia e Finanças: Conta Geral do Estado (2015– 2019). Maputo.
- Governo de Moçambique/ Ministério de Economia e Finanças: PES & OE 2015-2022. Maputo
- Governo de Moçambique/ Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano: Relatório de Desempenho 2018 – 2021. Maputo
- Constituição da Republica de Moçambique-CRM (2004). Actualizada. Imprensa Nacional de Moçambique. Maputo;
- Lei n° 9/2002 de 12 de Fevereiro (Sistema de Administração do Estado);
- Lei n° 15/97 de 10 de Julho;
- Waty, T (2011). Direito Financeiro e Finanças Publicas. s/ed.

Parceiros



OXFAM IBIS



Save the Children